



Memorando nº 180/SEMEC/2024

Rondolândia-MT, 12 de junho de 2024.

Ao Exmo. Senhor
José Guedes de Souza
Prefeito Municipal

Assunto: Abertura de processo administrativo de reconhecimento de dívida para com a empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA.

Senhor Prefeito,


Considerando a ARP nº 17/2022 do pregão presencial nº 019/2022 oriundo do processo administrativo de nº. 519/2022 – SEMEC, cujo objeto “registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de gerenciamento da frota para aquisições de peças, óleos lubrificantes, pneus e acessórios de linha mecânica e serviços em geral nos veículos operacionais; motocicletas, automóveis utilitários, camionetes, van, micro-ônibus e ônibus com sistema de gerenciamento do tipo cartão”, e sua vigência compreendendo de 14/09/2022 à 14/09/2023.

Considerando a NF nº 1807228 emitida em 01/09/2023, no valor de R\$ 199,00, referente ao gerenciamento/intermediação de Consumo e Manutenção realizado no veículo micro-ônibus de placa NPL-6971, em 03/08/2023 pela empresa Vanessa dos Reis Souza.

Considerando que por um lapso administrativo, passou-se por despercebido e não foi realizado o processo de liquidação e posterior pagamento da referida NF, fato esse que só veio ao nosso conhecimento diante da cobrança da Prime Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA.

Diante disso, solicito provimento no requerimento da empresa e reconhecimento de dívida em favor da Prime Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA, CNPJ: 05.340.639/0001-30, na importância de R\$ 199,00. Conforme documentação em anexo.

Respeitosamente,



LETÍCIA RECO CRUZ
Sec. Mun. de Educação, Esporte e Cultura
Decreto nº 295/GAB/PMR/2024





REQUERIMENTO

quinta-feira, 11 de julho de 2024

À: PREFEITURA DE RONDOLÂNDIA

PARA A/C: Ilmo. (a). S.r.(a). Ordenador(a) de Despesas

Ref. Contrato: ARP 17/2022

De: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

Assunto: Requerimento de NOTAS DE LIQUIDAÇÃO e PAGAMENTO

Prezado Gestor (a);

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma admitida em direito, a empresa PRIME CONSULTORIA, doravante denominada **NOTIFICANTE**, vem, muito respeitosamente à augusta presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO** sobre os seguintes fatos que passa a expor:

Em razão do contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes, O Órgão celebrou contrato com a empresa PRIME, mediante licitação pública, com o objeto de gerenciamento de **CONSUMO MANUTENÇÃO**, que ensejou a perfeita celebração do serviço, juntamente com a consequente emissão de faturas a serem liquidadas e pagas pelo órgão contratante. ✓

www.primebeneficios.com.br

Rua Calçada Canopo, 11 | Sala 03 - Andar 2 - Centro de Apoio II
Alphaville - Santana de Parnaíba-SP | CEP: 06541-078

(11) 4154-2398



Sabe-se que o processo da despesa é composto de três fases essenciais: Empenho, Liquidação e Pagamento. Cada uma delas tem efeito no mundo jurídico, com o fim de dar publicidade aos atos da administração e de assegurar as obrigações contratuais, gerando documentos de natureza pública, essenciais para as partes.

Conforme depreende-se do artigo 58, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, a NOTA DE EMPENHO é o título de crédito que atesta a obrigação de pagamento do órgão perante o contratado.¹ Ademais, sabe-se que a Nota de Empenho é documento público essencial para o processo da despesa, conforme disciplina o artigo 60 e 61, do supracitado texto legal nº 4.320/94.²

Nesta espreita, ratifica-se que as despesas públicas deverão observar os devidos estágios de processamento: EMPENHO, LIQUIDAÇÃO e PAGAMENTO. Assim, sabe-se que não se liquida uma despesa que não foi empenhada, não se paga uma despesa que não foi liquidada.

No caso concreto, a CONTRATANTE, se utilizou dos serviços consolidados no devido e regular processo licitatório sendo fato incontroverso, que tais despesas devem ter EMPENHO prévio e que deveriam ter sido repassados à CONTRATADA.

Razão pela qual, a Notificante/ Contratada vem cordialmente REQUERER cópia das notas de empenho emitidas no exercício financeiro de 2024,

¹ Art. 58. - O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

² Art. 60 - É vedada a realização de despesa sem prévio empenho. Art. 61. - Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

para o CNPJ da Empresa NOTIFICANTE, por tratar-se de documento público idôneo a assegurar o direito de crédito desta.

Já para o pagamento da despesa, sabe-se que é obrigatório que as faturas sejam devidamente liquidadas. Fato que enseja a consolidação do direito adquirido de crédito da contratada, conforme disciplina os artigos 62 e 63 da Lei 4.320/94.³

Para tanto, em razão dos consumos efetuados pelo Contratante, a Contratada emitiu as seguintes notas fiscais/ faturas que ainda se encontram em abertos:

CÓD.	NOME DO CLIENTE	FATURA	NF	INÍCIO	FIM	VALOR NF	DATA EMISSÃO	VENCIMENTO
7481	PREFEITURA DE RONDOLANDIA	1512289	1807228	01/08/2023	31/08/2023	R\$ 199,00	01/09/2023	21/09/2023

Acontece que A CONTRATADA ainda não teve o conhecimento de que as supramencionadas notas fiscais foram liquidadas, razão pela qual, vem através deste REQUERER que seja informada a data da liquidação e números dos protocolos das referidas notas fiscais.

Caso, não tenham sido liquidadas, REQUER que tal procedimento seja providenciado em 48 horas, evitando-se medidas judiciais para compelir o órgão a efetuar a liquidação, sob pena de multa diária até a efetivação da Liquidação, em cumprimento ao que prescreve o §3º do art. 5º da Lei 8666/93, prazo para liquidação de 05 (cinco) dias.

³ Art. 62. - O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação. Art. 63. - A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. §1º Essa verificação tem por fim apurar: I - a origem e o objeto do que se deve pagar; II - a importância exata a pagar; III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

Por fim, sabe-se que todo o contrato teve andamento em perfeitas condições, sendo incontroverso a incontestável execução dos serviços contratados. Fato que enseja a obrigação da administração de efetuar os pagamentos das faturas/notas fiscais inerentes ao consumo que deu causa.

Sendo assim, por se tratar de direito adquirido do credor, referente ao citado crédito das faturas vencidas, a notificante **vem requerer o imediato pagamento de todas as notas atrasadas**, que totaliza o valor de **R\$ 199,00 (Cento e noventa e nove reais)**. Lembrando que a permanência da situação de inadimplência faz incidir sobre a Contratante os efeitos da mora, dos quais:

Ante o quanto exposto, notifica-se Vossa Senhoria na qualidade de responsável e requer que:

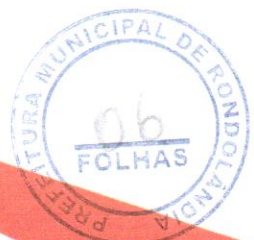
- a) **Seja enviado cópia das notas de empenho emitidas para a Contratada.**
- b) **Seja enviada Cópia das notas de liquidação das notas fiscais emitidas para Contratada, e caso não tenham sido liquidadas, que seja providenciada a imediata liquidação destas.**
- c) **Seja efetuado o imediato pagamento das notas fiscais em atraso, juntamente com a atualização monetária, ou que seja enviada resposta fundamentada, em até 5 dias da impossibilidade de pagamento, sob pena de responsabilização administrativa, juntamente com a devida ação judicial de cobrança.**

Cientes da compreensão de Vossas Senhorias, contamos com o pagamento e regularização da situação que se encontra o contrato.

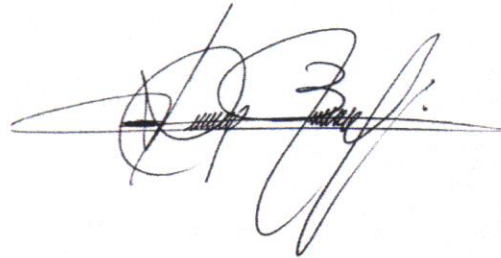
www.primebeneficios.com.br

Rua Calçada Canopo, 11 | Sala 03 - Andar 2 - Centro de Apoio II
Alphaville - Santana de Parnaíba-SP | CEP: 06541-078

(11) 4154-2398



Atenciosamente;



PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL

Leandro Basante Albuquerque Santos | Advogado OAB/SP nº 393.767

www.primebeneficios.com.br

Rua Calçada Canopo, 11 | Sala 03 - Andar 2 - Centro de Apoio II
Alphaville - Santana de Parnaíba-SP | CEP: 06541-078

(11) 4154-2398





**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA CALC CANOPO, 11 - ANDAR 2 SALA 3 CENTRO APOIO II ALPHAVILLE - Santana de Parnaíba / SP 06541-078 Fone: 19-35187000 email: faturamento@primebeneficios.com.br CNPJ: 05.340.639/0001-30 CCM: 0000072270 IE: 623.051.405.115 Código de Serviço: 10.05 - agenciamento, corretagem ou intermediação de bens moveis ou imoveis, nao abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no ambito de bolsas de mercadorias e futuros, por quaisquer meios Data de Emissão: 01/09/2023	NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS NF-e (TRIBUTADOS) No 1807228 - Ref: FITG_1351561 -
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fatura No	Valor R\$	Vencimento
1807228	199,00	21/09/2023
TOMADOR	MUNICIPIO DE RONDOLANDIA	
ENDEREÇO	AV PRINCIPAL 450 CENTRO	
MUNICÍPIO	RONDOLANDIA UF: MT CEP: 78338-000	
END.COBRANÇA	o mesmo	
CNPJ/CPF	04.221.486/0001-49 Inscr. EST./ RG : ISENT0	
VALOR POR EXTENSO	CENTO E NOVENTA E NOVE REAIS	
DEVE À EMPRESA PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA OS VALORES CONSTANTES DESTA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS, REFERENTE AOS SERVIÇOS ABAIXO DISCRIMINADOS.		

QTDE	UNID	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇOS (R\$)	
			UNITÁRIO	TOTAL
1	UM	CONSUMO MANUTENCAO MAO DE OBRA	199,000000	199,00

RETENÇÕES NA FONTE PELO TOMADOR (R\$)					
ISS	IRRF	Pis	Cofins	CSLL	INSS
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTO / OBSERVAÇÕES

FATURA 1512289 - SECRETARIA DE EDUCACAO TRANSPORTE ESCOLAR - PERIODO DE 01/08/2023 A 31/08/2023 - CONTRATO ARP 17/2022 - VALOR COMISSAO OU CORRETAGEM = ZERO, NAO EXISTE RETENCAO DE IMPOSTO CONF. IN-SRFN 1234 DE 11/01/2012- ART. 18 PARAG. 1,2 E 6 - SERVICO DE INTERMEDIACAO SOBRE O GERENCIAMENTO DE MANUTENCAO , ATRAVES DE CREDITO ELETRONICO - VL. BRUTO R\$ 200,00 DESCONTO OS MAO DE OBRA R\$ 1,00 (0,50%) VL. LIQUIDO R\$ 199,00 DISPENSA DE RETENCAO PARA A PREV SOC (INSS)ART. 126, CAPUT, DA IN RFB 971/2009/ART. 108. IN RFB 2110/2022.. DADOS BANCARIOS BANCO DO BRASIL 001, AGENCIA 2857-6, CONTA CORRENTE 86151-0 - *** ATRASO NO PAGAMENTO SERA COBRADO OS JUROS NA FORMA PREVISTA EM CONTRATO E NA LEGISLACAO ***

NÃO VALE COMO RECIBO	(-) Deduções:	R\$	199,00	VALOR TOTAL DA NOTA
	Base ISS	R\$	0,00	
	Alíquota:	%	2,00	
	ISS Incluso	R\$	0,00	
				R\$ 199,00
				ATESTO QUE OS SERVIÇOS FORAM

Assinatura Digital	
3W9CCXBG MGAGDFEB U1W82U3Z VUA2DRFG	
3B7YF4HI 6O5FG6YF PEV0KSWY RO77RGYV	
3COXYNHO Y69T1VFX X9WS66RE BEKCRGPE	
IMXBI7EF 0O4E8PQX LCIB12J3 A454XTHC	

REALIZADOS SATISFATORIAMENTE EM:

EM: 15/07/2026
 IDENT. AGEN: chefe de cultura
 NOME: Anderson José Santos
 CPF: 048 132 304 56
 DEC / PORT. 106 Linha Pontilhada

Assinatura Digital NFE No 1807228 Santana de Parnaíba - CCM: 0000072270	
3W9CCXBG MGAGDFEB U1W82U3Z VUA2DRFG	
3B7YF4HI 6O5FG6YF PEV0KSWY RO77RGYV	
3COXYNHO Y69T1VFX X9WS66RE BEKCRGPE	
IMXBI7EF 0O4E8PQX LCIB12J3 A454XTHC	

RECEBI (EMOS) DA EMPRESA **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**
 OS SERVIÇOS CONSTANTES DESTA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

Local/Data: _____

Assinatura do Recebedor





FATURA: #1512289



DATA EMISSÃO: 01/09/2023
PERÍODO DE APURAÇÃO: 01/08/2023 a 31/08/2023
VENCIMENTO: 21/09/2023
DATA IMPRESSÃO: 25/06/2024 16:57:36
Objeto do Contrato: Prestação de Serviço de Gerenciamento de Manutenção.

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
CNPJ: 05.340.639/0001-30
ENDEREÇO: CALC CANOPO, 11, ANDAR 2 SALA 3 CENTRO APOIO II
CIDADE: SANTANA DE PARNAIBA - UF: sp - CEP: 06541-078
CONTATO:
TELEFONE: (19) 3518-7000 E-MAIL:gustavo.faturamento@primebeneficios.com.br

MUNICIPIO DE RONDOLANDIA
CNPJ: 04.221.486/0001-49 - Código: 7481
ENDEREÇO: AV PRINCIPAL, 450, CENTRO
CIDADE: RONDOLANDIA - UF: MT - CEP: 78338000
CONTATO: SANDRA DE OLIVEIRA LEONEL
TELEFONE: E-MAIL:sandra-leonel@hotmail.com

DESCRIÇÃO DA FATURA

FATURA 1512289 - SECRETARIA DE EDUCACAO TRANSPORTE ESCOLAR - PERIODO DE 01/08/2023 A 31/08/2023 - CONTRATO ARP 17/2022 - VALOR COMISSAO OU CORRETAGEM = ZERO, NAO EXISTE RETENCAO DE IMPOSTO CONF. IN-SRFNº 1234 DE 11/01/2012-ART. 18 PARAG. 1,2 E 6 - SERVICO DE INTERMEDIACAO SOBRE O GERENCIAMENTO DE MANUTENCAO , ATRAVES DE CREDITO ELETRONICO - VL. BRUTO R\$ 200,00 DESCONTO OS MAO DE OBRA R\$ 1,00 (0,50%) VL. LIQUIDO R\$ 199,00 DISPENSA DE RETENCAO PARA A PREV SOC (INSS)ART. 126, CAPUT, DA IN RFB 971/2009/ART. 108. IN RFB 2110/2022.. DADOS BANCARIOS BANCO DO BRASIL 001, AGENCIA 2857-6, CONTA CORRENTE 86151-0 - *** ATRASO NO PAGAMENTO SERA COBRADO OS JUROS NA FORMA PREVISTA EM CONTRATO E NA LEGISLACAO ***

CONSUMO

DESCRIÇÃO	QTD.	VL. UNITÁRIO	VALOR
CONSUMO MANUTENCAO MAO DE OBRA	1,000	R\$ 199,000000	R\$ 199,00
		VALOR CONSUMO	R\$ 199,00
VALOR TOTAL DA FATURA (Consumo)			R\$199,00

ATESTO

FATURA: #1512289



TICKETS DE TRANSAÇÕES

OS	Dt. Final.	Estabelecimento	CNPJ	Placa	Mão Obra	Peças	Bruto	Líquido	Desconto Residual	Num Nota	Ordem de Compra / Serviço
205	04/08/2023	AUTO MECANICA TRINDADE	29.129.575/0001-90	NPL-6971	R\$ 199,00	R\$ 0,00	R\$ 200,00	R\$ 199,00	R\$ 1,00	6664	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA AVENIDA JOANA ALVES DE OLIVEIRA. REMANESCENTE V 04.221.486/0001-49 66 3542-1177 VALIDAÇÃO 000000000000422148666642912957520230		SECRETARIA GERAL DE ARRECAÇÃO E FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA NOTA FISCAL DE SERVIÇO SÉRIE: N° 6664
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Folha: 1 de 1 Outro Município: DATA DA EMISSÃO: 03/08/2023 1º VIA

PRESTADOR	Nome: VANESSA DOS REIS SOUZA 02078217123		Razão Social: VANESSA DOS REIS SOUZA 02078217123	
	Endereço: AV ANDRE MAGGI Bairro: CENTRO		Nº: SN CEP: 78338000	
	Município/Estado: RONDOLANDIA/MT	CNPJ/CPF: 29.129.575/0001-90	Insc. Estadual:	Insc. Municipal: 0000001435
	Código Atividade: Código C.N.A.E: 4520-0/01 Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores CBO:			NIS:

TOMADOR	Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA		Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA	
	Endereço Completo: AV JOANA ALVES DE OLIVEIRA Bairro: CENTRO		Nº: 554 CEP: 78338000	
	Município/Estado: RONDOLANDIA/MT	CNPJ/CPF: 04.221.486/0001-49	Insc. Estadual:	Insc. Municipal: 0000000465

QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALORES	
			UNITÁRIO	TOTAL
1	unid	SERVIÇO SBSTITUIR MÃO DE OBRA MOLEJO TRASEIRO	199,00	199,00

Observações: LO 812 PLACA :NPL - 6971 ÔNIBUS

VALOR TOTAL DA NOTA POR EXTENSO: Cento e Noventa e Nove Reais **TOTAL DA NOTA: 199,00**

Descontos	Valor	TOTAL DESCONTOS:	TOTAL LÍQUIDO: 199,00
VALOR DO I.S.S POR EXTENSO:			

BANCO : AGENCIA:- CONTA :- _____ Assinatura do Emitente		Recolhimento em : _____
---------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 17/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 519/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2022 - SRP

Pelo presente instrumento o **Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, o Srº. José Guedes de Sousa, inscrito no CPF sob nº 142.993.052-72, **RESOLVE REGISTRAR** os preços da empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA CNPJ: 05.340.639/0001-30 Endereço: Calçada Canopo, 11 – 2º andar – sala 03 – centro de apoio II – Alphaville, CEP:06541-078, Santana de Parnaíba-SP, representada pela Srª Renata Nunes Ferreira, CPF:371.237.288-40 e RG de Nº 48.537.010-4, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial nº 19/2022 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, nos Decretos Municipais nº 0118/2006 de 11/ 09/ 2006, nº 207/GAB/MPR/2013 de 25/01/2013 e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - Contratação mediante sistema de **REGISTRO DE PREÇOS (MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** julgado pela **TAXA ADMINISTRATIVA**), para futura e eventual **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DA FROTA PARA AQUISIÇÕES DE PEÇAS, ÓLEOS LUBRIFICANTES, PNEUS E ACESSÓRIOS DE LINHA MECÂNICA E SERVIÇOS EM GERAL NOS VEÍCULOS OPERACIONAIS; MOTOCICLETAS, AUTOMÓVEIS UTILITÁRIOS, CAMIONETES, VAN, MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS COM SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO TIPO CARTÃO**, conforme especificação e quantidades especificadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 - A empresa Contratada deverá prestar os serviços, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência do Pregão nº 19/2022.

2.2 - O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 19/2022 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

3.1 - Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

Detentora da ARP:

Nome: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA

CNPJ Nº:05.340.639/0001-30

Endereço: Calçada Canopo, 11-2º andar sala 03, centro de apoio II - Alphaville

Cidade/Estado: Santana de Parnaíba-SP

CEP:06541-078

Telefone: (19) 3518-7021

E-mail:licitacao@primebeneficios.com.br

Representante Legal: Renata Nunes Ferreira,

CPF:371.237.288-40



3.2 - O preço, a quantidade e a especificação do item registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid	Qt.	Taxa Mínima de Gerenciamento (%)	Valor Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
1	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO COM UTILIZAÇÃO DE CARTÕES, PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS (PNEUS, BATERIAS, ACESSÓRIOS EM GERAL, PEÇAS EM GERAL PARA MANUTENÇÃO), SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E BORRACHARIA	SRV	1	-0,50 %	980.000,00	975.100,00
Total da Proposta:						R\$ 975.100,00

3.3 - Detentora reserva da ARP:

Nome:	
CNPJ Nº:	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone:	E-mail:
Representante Legal:	
CPF Nº:	

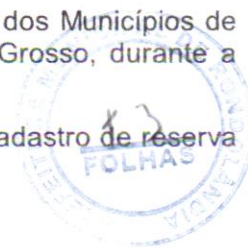
3.4 – A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira detentora.

3.5 – O valor total registrado da presente Ata é de Valor total Adjudicado de R\$:975.100,00 (novecentos e setenta e cinco mil e cem reais).

3.6 – Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

3.7 - O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

3.8 - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva deverá ser respeitada nas contratações.



3.9 - O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Primeira.

3.10 - Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

4.1 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

4.2 - Realizar a prestação dos serviços objeto deste instrumento nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência do Pregão nº 19/2022.

4.3 - Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

4.4 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

4.5 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT.

4.6 - A Detentora deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a execução e ou Prestação dos serviços, bem como, durante a vigência da Presente Ata.

4.7 - Cumprir com os prazos para com a prestação dos serviços, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

4.8 - Executar os serviços em conformidade com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, termos de contrato e Proposta de preços apresentada;

4.9 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente à contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

4.10 - Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

4.11 - Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um email válido para comunicação.

4.12 - Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informados.

4.13 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.14 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

4.16 - Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;

4.17 - É dever inescusável da Contratada exigir de qualquer dos seus *prepostos e colaboradores que ajam na execução do contrato em estrita obediência aos ditames da Lei 12.846/2013*, cumprindo fielmente a **cláusula anticorrupção**, respondendo civil, administrativamente e criminalmente, sempre que a ação de um empregado ou representante seu causar prejuízos ao patrimônio público ou infringir princípios da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



5.1 - Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

5.2 - Emitir as Autorizações e ou ordem de serviço para com a realização dos mesmos.

5.3 - Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços.

5.4 - Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

5.5 - Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto à Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

5.6 - Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

5.7 - Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência do Pregão nº 19/2022.

5.8 - Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1 - A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência por 12 (**doze**) meses, incluídas eventuais prorrogações, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO, DOS ACRÉSCIMOS E DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1 - O gerenciamento desta ATA caberá ao Gabinete do Prefeito, através da Supervisão do Departamento de Licitações e Compras, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

7.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.3 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços obedecerá ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.5 - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços, conforme Parágrafo 4º do Art. 12 do Decreto Federal nº 7.892 de 23/01/2013 "§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços".

CLÁUSULA OITAVA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

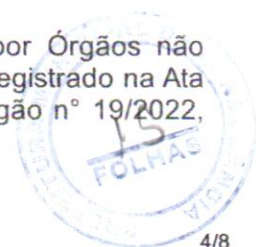
8.1 - Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e no Decreto Federal nº 7.892/2013.

8.2 - Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas e as futuras decorrentes de utilização por parte do Gerenciador.

8.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se referem este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

8.4 - Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência do Pregão nº 19/2022, Anexo I deste Edital, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



9.1 – Realizado o fornecimento e ou a prestação dos serviços, os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, estando devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado devendo ainda a Detentora da Ata de Registro de Preço comprovar Regularidade Fiscal e Trabalhista, sendo: Comprovação de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Regularidade Trabalhista, bem como, Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.2 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura de Rondolândia no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

9.3 - A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos Produtos objetos fornecidos e ou a descrição completa dos serviços prestados a esta Prefeitura, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4 – Caso, constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

9.5 - Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

9.6 - O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em Banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

9.8 - A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata;

9.9 - Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme Item 9.1;

9.10 - A prestadora/fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos suportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1 - Os preços registrados “poderão” ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.2.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.2.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.3.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.3.2 - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

10.3.3 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.4 - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

11.1 – Nos termos da Lei 12.846/2013, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS DE RESCISÃO E DAS PENALIDADES

12.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) O descumprimento da cláusula décima primeira (compromisso anticorrupção), por qualquer das partes, **ensejará a rescisão unilateral do contrato**, sem qualquer indenização, devendo, sem embargo de outras medidas cíveis e administrativas, a cargo de qualquer dos membros da Procuradoria-Geral do Município, comunicar os fatos ao Ministério Público, dando ciência a Controladoria Geral do Município para as medidas de sua competência.

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e nesta Ata;

c) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

e) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

12.2 - Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

12.3 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

12.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.5 - Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

12.6 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.7 - Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12.8 - A Detentora que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

12.9 - Por atraso injustificado na prestação dos serviços, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.



12.10 - O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita à suspensão temporária a que se refere a alínea "c" do item 11.8 acima.

12.11 - As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

12.12 - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e conseqüentemente a sua aplicação não exige a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

12.13 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

12.14 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

12.15 - Serão publicadas no Diário Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item 11.8, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12.16 - Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, serão consignadas no Orçamento de 2022/2023, Órgão: Secretaria Municipal de Educação, sendo indicada a dotação orçamentária de acordo com a necessidade de utilização em momento oportuno, conforme o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013 "que regulamenta o Sistema de Registro de Preços" e seu Art. 7º, do Capítulo V, Parágrafo 2º.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou a prestar os serviços registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial nº 19/2022 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

14.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 19/2022, seus anexos e a proposta da Detentora;

III - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1 - Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1 - As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 23 de Agosto de 2022.

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT

José Guedes de Souza

Prefeito Municipal

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA



CNPJ: 05.340.639/0001-30

Nome Renata Nunes Ferreira - Representante Legal

CPF: 371.237.288-40 Participante desta ARP

Sandra de Oliveira Leonel

Secretária Municipal de Educação

A presente minuta de Ata de Registro de Preço foi analisada e aprovada pela Assessoria Jurídica da Administração, pelo servidor _____ (assinatura) em _____ de _____ de 2022.



EXTRATO CONTRATO N.º 056/2022-PGM/PMR

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA e **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL**, CNPJ n.º 05.639.0001-30

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de gerenciamento da frota para aquisições de peças, óleos lubrificantes, pneus e acessórios de linha mecânica e serviços em geral nos veículos operacionais; motocicletas, automóveis utilitários, caminhonetes, van, micro-ônibus e ônibus com sistema de gerenciamento do tipo cartão, *em conformidade com o edital do Pregão Presencial n.º 19/2022 – SRP, instruído no Proc. Adm. n.º 519/2022, mediante derivação total da ARP n.º 17/2022*

Modalidade: Pregão Presencial n.º 019/2022 - SRP

Processo administrativo de n.º 519/2022 - SEMEC.

ARP n.º 17/2022

Fundamentação: Contrato por derivação a ARP n.º 17/2022 – Art. 62 e seguintes da Lei n.º 8666/93.

Assunto: Contrato matriz

Valor global: R\$ 975.100,00

Fonte recursos:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 01 - Gestão da Educação

Projeto Atividade: 2.128 - Manutenção e encargos da Secretaria Municipal de Educação

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 15001001 - Outros Serviços de terceiros PJ

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 01 - Gestão da Educação

Projeto Atividade: 2.129 - Manutenção das Escolas Municipais

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 15500000 - Outros Serviços de terceiros PJ

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 01 - Gestão da Educação

Projeto Atividade: 2.134 - Manutenção do Transporte Escolar - FNDE

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 15001001 - Outros Serviços de terceiros PJ

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 15530000 - Outros Serviços de terceiros PJ

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 15710000 - Outros Serviços de terceiros PJ

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 15760000 - Outros Serviços de terceiros PJ

Prazo: (12) doze – 14/09/2022 à 14/09/2023

Ass.: 14/09/2022.